

ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, minha saudação muito especial aos alunos da professora Itamara Paulini, que estão na Casa acompanhando os trabalhos e visitando o Centro Legislativo, como também o Centro Administrativo do governo do estado.

Quero, também, cumprimentar o presidente da Ampesc - Associação das Escolas Superiores de Santa Catarina, professor Expedito Michel, que visita os parlamentares trazendo um pleito que, em

minha opinião, é muito válido, justamente porque em Santa Catarina temos hoje aproximadamente 280 mil acadêmicos.

Desses, temos os acadêmicos da UFSC, da Udesc e os demais que estão nas universidades do sistema Acafe, tipo Univali, Unifeb, UnoChapecó, Unoesc, Unisul, Unesc e assim por diante. Enfim, todas as universidades do sistema Acafe que têm mais de 100.000 alunos matriculados nas suas universidades.

Srs. deputados, há um número de alunos muito próximo dos que estão matriculados nas universidades ditas particulares, porque o dono, o patrão não é o governo. A mensalidade que os alunos precisam pagar, tanto das universidades do sistema Acafe quanto das universidades não públicas, é aproximadamente igual, mas muitas vezes no sistema Acafe é um pouco maior.

Hoje, existe um artigo conhecido por todos os acadêmicos e por nós aqui, evidentemente, o art. 170, em que os recursos arrecadados através deste artigo são distribuídos 90% deles para os acadêmicos matriculados no sistema Acafe e 10% apenas para os alunos matriculados nas outras universidades.

Na verdade, temos que destacar também a grande contribuição que tanto o Sistema Acafe quanto as demais universidades têm dado para o desenvolvimento de Santa Catarina. E ambos os sistemas são imprescindíveis, e não teríamos como dispensar tanto um quanto o outro.

Ocorre que quando foi implantada a distribuição do art. 170, e como 80 a 90% dos alunos matriculados estavam no Sistema Acafe, e nas universidades havia 8% ou 10%, talvez, de alunos matriculados...

Um grande ato do governo Fernando Henrique, e que muitas vezes não é citado entre os atos importantes para o desenvolvimento do Brasil, foi justamente a abertura para a instalação de novas universidades particulares a fim de permitir que as pessoas tivessem acesso ao ensino superior, e que antes eram obstruídas de tê-lo por falta de vagas nas universidades.

Então, por conta da lei do governo de Fernando Henrique, em que houve uma abertura e permitiu-se a instalação de inúmeras universidades, cresceu muito o número de vagas oferecidas no sistema particular, no sistema não público, no sistema que não é Acafe, até porque o Sistema Acafe, por ser uma coisa híbrida entre o público e privado, que é público de um jeito, mas é privado para cobrar e é um sistema bom... O padre Orlando Maria Murphy, que é brusquense e foi o fundador da Furb e também da Unifebe, projetou esse tipo de relação.

Então, hoje, não podemos dispensar nenhum dos dois tipos, pois os dois são importantes. Mas também entendemos que considerando o aumento que teve de alunos no sistema particular, justamente como disse, porque o sistema Acafe é um pouco mais engessado, especialmente no seu crescimento, precisamos rever, sr. presidente, esse percentual de redistribuição de recursos.

Não podemos usar apenas a justificativa de que se a universidade é particular, e o aluno paga, lá não podemos ajudá-lo. Ora, por que não ajudá-lo lá, se o governo não tem como implantar universidades gratuitas, como gostaríamos que fosse implantada a Udesc, que contaminassem o estado inteiro? Que tivéssemos em todas as cidades, especialmente nas cidades referência, a Udesc, a universidade federal, o ensino público e gratuito a todos os alunos.

Enquanto não podemos ter isso, precisamos dar o apoio às iniciativas particulares, justamente porque não estamos ajudando o dono da universidade. Não estamos ajudando o professor da universidade que ganha o salário por isso. Nós estamos ajudando o aluno. O aluno precisa desse instrumento para crescer, da expectativa de uma qualidade de vida melhor para ele.

Por isso, conclamo os senhores pares a rever esse princípio de distribuição, mantendo aquilo que já conseguimos para o sistema Acafe. O sistema Acafe foi e é muito importante para o desenvolvimento de Santa Catarina, mas precisamos também melhorar o volume de recursos que estão sendo repassados hoje para as universidades

particulares. Nós precisamos, sim, dar atenção a uma quantidade de alunos que estão ali matriculados. Lembrando que o que nós precisamos ajudar sempre é o aluno, o acadêmico e não a universidade. Então, esteja ele matriculado onde estiver precisamos dar o apoio especial para que ele consiga fazer a sua universidade.

Por isso, é o momento de revermos esse percentual de redistribuição incrementando gradativamente o percentual de recursos que hoje está em apenas 10% para as universidades particulares. Que seja incrementado isso, repito, em bem do aluno e não dá universidade.

Então cumprimento o professor Espedito Michels, presidente da Associação das Universidades Particulares, que está fazendo esse movimento.

Cumprimento o professor Günther Lothar Pertschy, reitor da Unifebe, que tem feito um trabalho muito grande, assim como o padre Alécio da universidade de São Luiz, de Brusque, que tem dado uma grande contribuição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, utilizo a tribuna, nesta tarde, saudando os nossos diretores do IGP, o nosso diretor Rodrigo Tass e a sua equipe. Sabemos do empenho que tem com a Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. O IGP de Santa Catarina, acredito, é um dos melhores do Brasil.

Recebi um expediente do policial Paulo Ricardo Lima Inácio, agora perito em Rio do Sul.

Ontem falei sobre o falecimento do dr. Pedro Francisco Benedek Bardio, nosso Pedrão, ex-chefe de Polícia, ex-delegado-geral, um homem que se impunha pelo seu jeito de trabalho de uma forma que conquistava as pessoas.

Sabia ser atencioso, moderado, ouvir, mas também sabia ser firme nas suas decisões. Foi um

grande chefe de Polícia do nosso estado. E os policiais que o conheceram sempre tiveram um grande respeito e acima de tudo um grande carinho por ele.

Vou fazer aqui o registro dessa mensagem do Paulo Ricardo Lima Inácio, de Rio do Sul. Lá o Pedrão começou a sua carreira.

Rio do Sul tem um dos complexos de segurança melhor equipado do nosso estado, mais estruturado, uma delegacia regional. Tem junto à delegacia da comarca a divisão de investigações, o IGP. E a sugestão do Paulo Inácio é no sentido até de colocar esse complexo da Polícia Civil, pelo menos a parte da Polícia Civil, como complexo Pedro Francisco Benedek Bardio, o nosso Pedrão.

E vamos entrar com um projeto de lei atendendo a essa sugestão do Paulo Ricardo para que aquele complexo de segurança de Rio do Sul seja uma homenagem ao Pedrão, já que lá ele começou a sua carreira como policial, trabalhou também em Joaçaba, foi o primeiro delegado de carreira de Balneário Camboriú. Então, está sendo feito o registro aqui.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o nosso presidente e dizer que logo estaremos entrando no horário destinado aos Partidos Políticos e que usarei o horário do meu partido.

Vou fazer aqui um pronunciamento sobre o Ministério Público de Santa Catarina, tendo em vista que ele representa a fiscalização da lei.

No jornal *Diário Catarinense* de ontem tem uma matéria que diz: "De olho na informação". Ministério Público faz parceria para fiscalizar portais municipais. Onde os principais itens de fiscalização são observatório de Florianópolis, Brusque, Imbituba, Itapema, São José e Tubarão. É importante essa parceria para que se fiscalize.

O Ministério Público diz que o importante em

relação aos municípios é que essas entidades façam o monitoramento de fatores como endereços, telefones, receitas e despesas, informações sobre processos licitatórios, dados sobre concurso público, processo seletivo, respostas e perguntas frequentes da sociedade.

Todos os deputados sabem que aqui nesta Casa tem um projeto de lei do Ministério Público e que esta Casa sempre teve o maior apreço pelo Ministério Público. Tendo em vista, diga-se de passagem, que os últimos dez projetos do Ministério Público desta Casa foram aprovados em tempo recorde, na média não levaram 72 dias para a aprovação, mais do que o próprio estado...

Eu que fiz o projeto de lei da transparência sempre tenho discutido muito a questão de portais efetivamente transparentes para que a sociedade catarinense e brasileira possam, assim como a imprensa, entrarem tranquilamente e ter visibilidade em todos os dados.

Eu faço isso porque aqui já me manifestei que sou totalmente contrário ao projeto de lei que o Ministério Público encaminha para esta Casa criando vagas sem concurso público, por uma série de fatores.

O Ministério Público é um órgão que amadurece no seu dia, assim como esta Casa. E nós aqui, há dois anos, aprovamos um projeto que saiu de 3.1 do Orçamento do estado catarinense para 3.9, e vou apresentar esses dados detalhadamente, onde houve um incremento efetivo de receita para o Ministério Público.

A partir daí, desse projeto que veio para cá, onde se amplia vaga sem concurso público, onde se cria cargos comissionados numa postura totalmente contrária ao que é pregado, as prefeituras e as Câmaras de Vereadores, haja vista que esse jornal é parceria para fiscalizar os portais das prefeituras e das Câmaras, acho que é importante que façam parcerias com esses portais para que eles fiscalizem os portais da Assembleia, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e também do Tribunal de Justiça e não apenas das prefeituras e das Câmaras, porque já vi promotor

em Itajaí querendo fazer termo de ajuste de conduta para designar onde o prefeito coloca uma sinaleira na cidade, em vez de cuidar de uma série de questões.

Então, quero que passe um a um aqui o conteúdo dos portais: o procurador de Justiça tem um salário de R\$ 25.323 mil, com auxílio moradia de R\$ 4.300 mil; o promotor de Justiça especial tem um salário de R\$ 22.791 mil, com auxílio moradia de R\$ 3.300 e alguma coisa; o de Justiça inicial, R\$ 20.567 mil, com auxílio moradia de R\$ 3.555 mil; e do de Justiça substituto, R\$ 18 mil mais R\$ 3.235, e a tabela de auxílio moradia com subsídio, que é o salário.

Atualmente o Ministério Público possui 3.049 pessoas trabalhando na instituição. Dessas, 408 são procuradores e promotores, 950 são servidores e desses apenas 430 são efetivos, os demais são comissionados. Tem 1.216 estagiários de ensino médio, graduação e pós-graduação. Sendo que ainda tem 347 terceirizados e 128 servidores à disposição da instituição. Tem 63 servidores efetivos atualmente ocupando cargos em comissão e 457 são servidores comissionados.

É importante ressaltar que, no cargo de estagiário, aproximadamente 420 são estagiários de pós-graduação. Um pós-graduado já se formou e não é mais estagiário. Isso quer dizer que os cargos de estagiários pós-graduados são cargos comissionados camuflados. Pergunto o seguinte: não teria o Ministério Público ter que estar verificando isso, quando exige isso das prefeituras, das Câmaras de Vereadores e inclusive exigiu da Assembleia Legislativa? Ainda tem lá 100 policiais militares, 23 policiais civis e cinco de outros órgãos.

Quanto ao número de estagiários, tem 621 estagiários de Direito, 415 de pós-graduação, o que é uma fantasia, e mais 96 estagiários de graduação e 84 de ensino médio.

A receita do Ministério Público em 2009 era 3,1% da receita do estado, que deu 275 milhões. Aqui, quero fazer mea culpa, porque em 2011 o governador Pavan mandou para cá um projeto de lei,

sobre o qual não tivemos racionalidade ao aprovar, pois passou o orçamento para 3,9. Isso significa que nos cinco anos o orçamento do Ministério Público ampliou em R\$ 182.420.000,00. Isso significa o incremento de 66%. Se vocês observarem, em 2012 e 2013, com os 3,9, é algo em torno de R\$ 126 milhões a mais para o Ministério Público. Quando estiveram nesta Assembleia para fazer a sua defesa, disseram que melhorariam o atendimento, isso e aquilo. E eu votei acreditando nisso.

Também no período de 2011 e 2012 ampliou em 35.62% os valores e os números de diárias do Ministério Público.

Agora, nós aumentamos os recursos porque teriam mais trabalho e estariam atuando mais, mas se formos ver, de 2011 a 2012, o número de participação em audiências públicas caiu de 42 mil para 33 mil no estado. E o total de pessoas atendidas caiu de 64 mil para 49 mil. Com isso pressuponho que tenha diminuído a quantidade de trabalho e não aumentado. O aumento da receita não incrementou a redução do número de atendimentos.

Eu fiz um levantamento nas planilhas de pagamentos e salários de 10% do Ministério do Público. Depois de fazer milagre para descobrir isso tudo no portal, porque deu trabalho, e agradeço à assessoria de bancada que muito trabalhou.

Vou citar dois casos: O exemplo da folha A, que é de um promotor ou um desses aí.

Ele teve de vencimento bruto R\$ 190 mil, de janeiro a setembro. Um vencimento líquido de R\$ 138 mil e teve de extras, que está folha de pagamento, R\$ 149.102,00, num total de investimento líquido...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário das Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Onde está o teto constitucional para ser cumprido? Isso está em lei. Aqui na Assembleia isso passou acontecer, efetivamente. Cumpre-se teto constitucional.

Quero citar o caso da folha de pagamento D: de outubro de 2012 a setembro teve um vencimento bruto de R\$ 270 mil, um vencimento líquido de R\$ 190.935,00 e teve em extra R\$ 330.159,00. Não importa se ele vendeu férias, licença-prêmio, tiver feito todas as coisas que podem ter ocorrido, porque sabemos que o promotor e o juiz, pelo excesso de trabalho, a legislação já pescou que ele tem que ter dois meses de férias, e tem mais 20 dias de recesso. Eu entendo isso.

Então, em tese não poderia vender férias. Até compreendo que, às vezes, na necessidade tenha que vender férias e licença-prêmio sem maior problema. Mas deu um total de R\$ 600 mil. Isso saiu de algum lugar. Num rendimento médio de R\$ 43.424,00.

(Próximo *slide*)

Na composição de extras: existem 23 itens de extras no Ministério Público. Ajuda de custo, diária, gratificação, hora/aula pelo exercício de magistério, auxílio funeral, auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio de transporte, indenização de férias não gozadas e indenização de transporte.

Eu não botei o resto, porque ia cansar para falar os 23.

(Próximo *slide*)

Nas composições dos extras: ali diz que o procurador, o promotor que cuida de um concurso público, automaticamente pode ter um extra equivalente a um salário para cuidar de um concurso.

E aí a Ordem dos Advogados do Brasil também indica advogado para ir. Quero sugerir ao presidente a OAB, porque perguntei para vários advogados e ninguém sabia disso, por que o advogado indicado, deputado Padre Pedro Baldissera, também recebe o extra para acompanhar o concurso, de aproximadamente R\$ 20 mil.

Então, quero pedir ao presidente da OAB para que ele seja democrático e faça um sorteio ou uma escolha entre todos os advogados de Santa Catarina e não apenas entre os seus apaziguados, que é o que normalmente acontece, ali dentro, entre eles.

Hoje eu entendo por que muitas vezes eles brigam para acompanhar um concurso, quando a maioria das pessoas quer fugir do concurso.

(Próximo *slide*)

Nos pleitos do Ministério Público aqui - 72 dias, como já falei, aprovação. Tivemos dez projetos de lei que foi de auxílio moradia, reajuste, subsídio, criação de promotoria, cargo de promotor de justiça, gerente, assistente, analista e muitos outros.

E agora tem um projeto aqui, 0030.2/2013, que é uma vergonha nacional. Retire isso daqui!

(Próximo *slide*)

No projeto de lei que eles mandaram para cá querem criar 467 cargos. Retira do estagiário, 57 de concursos e 410 sem concurso.

(Próximo *slide*)

Os estagiários ganham R\$ 2.074,00, os cargos comissionados que eles querem criar sem concurso vai para R\$ 5.207,00 mais R\$ 1.108,00 de auxílio alimentação.

(Próximo *slide*)

Isso por si só vai dar mais de R\$ 1 milhão por mês na folha de pagamento, somente desse acréscimo, sem considerar encargos.

O Supremo Tribunal de Federal já designou, após uma ação do Ministério Público contra a Câmara de Blumenau, que para cada um comissionado um seja concursado. O Tribunal de Contas também defende a tese de que se tem um concursado poderá ter um comissionado.

O Tribunal de Justiça está propondo um concursado para dois comissionados. Isso é o que está propondo, e eles mesmos fizeram uma ação contra a Câmara de Blumenau, de Palhoça, de Joinville, com decisão no Supremo já. E estão mandando para cá dois, ou seja, querem outra coisa. Tem muito promotor que acha que o cargo comissionado é cargo dele. Ele muda de comarca e

leva o funcionário. O funcionário tem que ser do estado e não do cidadão promotor, que é funcionário do estado, porque quando sai o comissionado, o novo que fica tem que se interar dos processos e aí está um pouco do custo Brasil na morosidade dos projetos.

Esses dados foram retirados das fontes: portal da transparência do Ministério Público que foi contra a aprovação do projeto de lei de transparência pública aqui da Assembleia, que nós derrubamos o veto depois; demonstrativos de diárias pagas por poder e órgão da secretaria da Fazenda e relatório de gestão institucional.

Dizem que é inconstitucional fazermos projetos de lei que gerem despesas para o estado, mas eu não vi nada que diga que fazermos projeto de lei que arruma receita para o estado é inconstitucional. Então, estarei apresentando aqui um projeto de lei para reduzir de 3,9 o percentual do Ministério Público e tudo para quem sabe 3,2. Vamos tentar achar um termo que construa um pouco mais de recurso.

Em Laurentino estive na semana passada. Lá vi um colégio interditado, que foi inaugurado em 2008, por inundação em dia de chuva, rachaduras em paredes. E em Palhoça, na semana passada, foi a mesma coisa. Com R\$ 180 milhões a mais que nós passamos ao Ministério Público, olhem quantos colégios daria para arrumar, quantas unidades de saúde, quantas cirurgias daria para fazer, dr. Jorge Teixeira, que é médico assim como eu. Veja o quanto poderíamos ter resolvido neste estado.

Então, com todo respeito que tenho com o Ministério Público, já quero dizer que vou votar contra o projeto aprovado, ontem, na comissão de Constituição e Justiça, que dá gratificação para o Tribunal de Justiça a quem é procurador disso, daquilo e mais aquilo, que é de seis, dez e quinze. Aquilo ali vai passar o teto constitucional também. Ou cumpra-se ou não. Então, vou também fazer esse planilhamento.

Com todo o respeito que temos pelo Ministério Público, e esse apreço se dá na medida em que esta

Casa é sempre muito veloz para aprovar os projetos do Ministério Público...

Eu nunca tinha feito, e estou no meu segundo mandato, essa observação. Mas na média, às vezes, um deputado apresenta um projeto aqui e leva dois anos e não sai, rapaz do céu. Nós temos que pedir apoio para o Ministério Público para andar os projetos nossos aqui dentro. Ou colamos o nosso nos deles, pelo menos os meus, porque às vezes demora muito. Alguns andam mais rápidos, como foi o do voto secreto. Mas não tem justificativa para ter essa pressa.

Nós pedimos uma audiência pública chamando a OAB, pois queremos vê-la se manifestar sobre esse projeto, os sindicatos dos representantes dos servidores públicos, a Fiesc, sendo que a minha sugestão é que se faça lá, porque a referida entidade vive falando do custo Brasil e parece que o mesmo apenas está no Executivo e Legislativo.

Quando o deputado entra em recesso é o período em que mais ele trabalha, pois é quando mais percorremos o estado, vemos demandas, linhas de projetos.

Eles têm o recesso, e entendemos, porque o acúmulo do exercício do sacrifício intelectual da análise de todos esses projetos demanda um desgaste para mais de 60 dias de férias. Mas se estão vendendo, como está aqui a maioria, então não precisam de 60. O Congresso tem que tratar de dar 30 dias como para qualquer trabalhador, como para todos.

Além de apresentar um projeto para delimitar percentuais menores para esses órgãos, estamos solicitando uma audiência pública, deputado Romildo Titon, para discutirmos esse projeto.

Quero pedir à nossa bancada para discutirmos juntos com o projeto do Tribunal de Justiça, que acabou de passar na comissão de Constituição e Justiça, no dia de ontem.

No mais, a minha saudação a todos, com todo o respeito, pela ação que tem o Ministério Público neste país.

Nós temos que transformar os portais mais transparentes.

Quero pedir que esses órgãos que estão fazendo parceria com o Ministério Público, antes de olharem as prefeituras, esquartejem o portal do Ministério Público.

No mais, obrigado, sr. presidente.

Este é o nosso papel, fazer o bom combate.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, os meus agradecimentos especiais ao deputado Dóia, nosso líder de bancada, que me concede esse espaço justamente para eu falar sobre um projeto de lei que foi aprovado ontem na comissão de Constituição e Justiça, através do qual o governo de Santa Catarina estaria repassando ou pedindo a permissão da Assembleia Legislativa para repassar 21 colégios estaduais para as prefeituras, dentro desse processo de municipalização do ensino fundamental.

Muitas vezes chega para as pessoas a informação de que o processo de municipalização é uma forma de transferir encargos para a prefeitura e de certa maneira uma desoneração do governo do estado dessa atribuição da Educação.

Na verdade, ela significa a municipalização do ensino fundamental, o cumprimento de uma lei federal que estabelece que o ensino fundamental, de a partir deste ano e do próximo, terá que ser gradativamente transferido para os municípios, e o ensino médio que está a encargo dos municípios seria transferido para o estado.

Isso não pode ser entendido simplesmente como uma transferência de encargo sem uma correspondência em valores.

No governo Fernando Henrique Cardoso, entre as várias atitudes boas para promover o desenvolvimento deste país, uma delas, eu dizia antes, foi a abertura para a implantação de novas universidades que cresceu, multiplicou, mais que dobrou o número de universidades que temos no

Brasil e no estado de Santa Catarina também. E graças a isso hoje o nosso jovem tem acesso à universidade.

Outra grande ação, entre inúmeras, não vamos citar todas, foi justamente a criação do Fundo Estadual do Desenvolvimento da Educação, o Fundeb. Nesse fundo o próprio estado pega 25% do seu orçamento coloca nesse fundo, e o próprio município e o estado buscam novamente os recursos ali para bancar a sua educação. Por que isso foi elaborado? Porque 25% de cada município ou do estado na educação, o percentual é igual, mas nós não vivemos de percentual, o gasto é absoluto, é real, é um número.

Então, 25% da educação do município de Vidal Ramos há alguns anos poderia significar apenas R\$ 500,00 por aluno/ano, mas 25% da educação em Blumenau poderia significar R\$ 3 mil por aluno/ano. O volume de investimento que se estava fazendo até a criação do Fundeb, o volume de investimento que um aluno de uma cidade pequena, de uma cidade com um movimento econômico pequeno, era muito menor do que aquele de uma cidade maior.

Vejam aqui o deputado Dado Chereim, que é residente de Balneário Camboriú, onde a arrecadação é grande, então, 25% na educação há alguns anos significava um investimento de quase R\$ 4 mil por aluno/ano. Mas em Camboriú, do outro lado da BR, 25% da educação, naquela época, significava apenas R\$ 350,00 por aluno/ano, ou seja, uma diferença brutal entre um aluno matriculado na escola municipal de Camboriú e um aluno matriculado na escola municipal de Balneário.

Com a criação desse fundo se permitiu que tanto as cidades mais pobres quanto as cidades mais ricas coloquem naquele fundo os seus 25%. Mas depois cada município retira um valor igual por aluno. Este ano um aluno seja matriculado na escola estadual ou na escola municipal, o município retira do fundo R\$ 2.243 mil, e o estado retira o mesmo valor do fundo. Seja de Balneário Camboriú, de Camboriú, de Guaraciaba ou da cidade que for o valor é igual.

Já falei uma vez que essa lei do Fundeb teria que ser explicada para todas as pessoas, quem sabe nas igrejas, na hora da missa ou do culto, para que todos possam entender a importância dessa lei do ponto de vista social. Foi o projeto que de fato equalizou o volume de investimento, não importando de onde seja o aluno. No estado de Santa Catarina, ele receberá no ensino fundamental ou no ensino médio o mesmo valor, seja ele matriculado numa escola estadual, esteja numa cidade rica ou numa cidade de baixa arrecadação. Essa é a lei do Fundeb.

Então, quando o estado repassa 21 colégios do estado para o município ele transfere, ao mesmo tempo, os alunos matriculados, de forma que para a população o colégio continua lá, o aluno continua indo ao mesmo colégio, mudando apenas a administração do estado para o município. Mas também não vai mudar o volume de investimentos que ele vai receber.

Assim sendo, essa transferência da escola não significa apenas a transferência de responsabilidade, mas também a transferência do volume de recursos, para que o município possa fazer melhor pelo fato de estar mais próximo do aluno, mais próximo dos pais, da família, o diretor ser mais do cotidiano, até para resolver controvérsias entre a escola, a família e o aluno. Seguramente será melhor. E isso, como disse, atende a uma exigência do governo federal.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Obrigada, deputado. Não vou me estender em função do tempo, mas quero apenas dizer que tenho uma posição contrária à municipalização. Fizemos debates durante esses três anos e não há nenhuma legislação que obrigue a isso. A nossa legislação maior é a Constituição Federal e a LDB, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determina que o ensino fundamental deva ser compartilhado pela rede estadual e municipal.

Quero apenas destacar que esse é um debate que precisa ser feito entre o estado e o município, mas não existe nenhuma obrigatoriedade jurídica para isso. Então, entendo que os prefeitos estão livres para fazer a opção junto com o estado e decidir, mas há outras metas a dar conta antes de assumir as escolas estaduais.

Obrigada, deputado.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Naturalmente que tanto os estados quanto os municípios são poderes independentes e existe lei constitucional para isso, mas a lei do Fundeb é uma lei nacional. Isso não é apenas para Santa Catarina, é para o Brasil inteiro, em que o ensino médio passa a ser encargo dos governos estaduais do Brasil e o ensino fundamental dos governos municipais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Aldo Schneider, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, temos um projeto para ir à votação hoje que dispõe sobre a proibição do uso de telefones celulares em estabelecimentos bancários.

É meritória a iniciativa dos deputados porque na saída dos estabelecimentos bancários têm ocorrido roubos. Um dos marginais fica dentro do banco fazendo de conta que está mexendo no caixa eletrônico, que está no caixa acompanhando e aí o comparsa fica do lado de fora e quando alguém saca um volume maior de dinheiro esse marginal avisa para o outro que está do lado de fora as

características da pessoa que está saindo com aqueles valores, que normalmente é seguida e depois vítima de roubo.

Mas eu vejo que não é por esse caminho que se vai resolver a questão.

Deputado Jorge Teixeira, imagine que se uma senhora de idade, um empresário ou qualquer cidadão for ao banco e esquecer o número da conta para qual ele vai fazer a transferência, ele vai ter que sair do banco e ir para o meio da rua telefonar para conseguir saber o número correto da conta. Se uma pessoa for ao banco para receber a aposentadoria, der algum problema no cartão e precisar conferir algum dado, ela vai ter que sair do banco e ir para o meio da rua para telefonar, porque dentro do banco não poderá utilizar o telefone celular.

Então, quer dizer, para tentar impedir a prática de crimes, vamos punir o cidadão de bem.

Imagine, deputada Luciane Carminatti, que se uma professora for ao banco com pressa para fazer algum saque, ou pagar alguma conta, porque depois tem que ir para o colégio, e, de repente, der algum problema na conta, ela não poderá usar o telefone dentro do banco.

Então, vejo que isso é uma restrição de direitos do cidadão e não é por aí que vamos acabar com a criminalidade. Que haja a filmagem ou um agente de segurança que observe as pessoas que estão no banco, mas impedir que as pessoas de bem utilizem o telefone, eu não concordo.

E podem ter certeza de que o marginal vai continuar praticando o seu crime, porque ele vai observar a pessoa no interior da agência que pegar o dinheiro e for para a rua ligar. E depois ele vai segui-la para assaltá-la.

Portanto, não é por aí. Eu até entendo que esse é um projeto que tramitou e vai à votação, mas sou contrário, pois é um tremendo equívoco dizer que as pessoas não podem utilizar o celular dentro da agência bancária e que isso vai resolver o problema de roubo.

Na verdade, não vai resolver. O marginal vai seguir a pessoa, agir da mesma maneira e vamos causar uma série de transtornos ao cidadão de bem.

Então, quero fazer esse registro e dizer que acho que nós devemos debater essa questão. A intenção do deputado Manoel Mota é querer proteger o cidadão de bem, mas, às vezes, segurança é como futebol: todo brasileiro é um técnico, todo brasileiro entende que é só colocar mais um policial ou uma viatura não sei onde que se resolve a criminalidade. E, na verdade, a situação da segurança é mais complexa.

Então, impedir que um cidadão de bem que está no caixa do banco para fazer uma transferência, ou receber uma quantia em dinheiro e, de repente, ele precisa conferir algum dado, não possa utilizar o telefone no interior da agência bancária é restringir direitos de pessoas de bem.

Sou contrário a esse projeto e acho que a Casa teria que fazer um debate maior a esse respeito.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Eu só gostaria de aproveitar este espaço de tempo para registrar que na sexta-feira, às 10h da manhã, no auditório do Tribunal de Contas, o governador vai fazer o chamamento de todas as meninas, eu chamo meninas de forma carinhosa, todas as mulheres que passaram no concurso da Polícia Militar, fizeram todas as etapas, e que por uma questão do entendimento dos 6% ficaram fora, ficaram no cadastro de reserva.

Houve um grande esforço do governo do estado, principalmente da Casa Civil, com o empenho do próprio do governador Raimundo Colombo, para que resolvesse esta questão. Porque não pode fugir disso, deputado, porque tem esses 6%, mas tem também uma legislação que estipula o limite da corporação, do efetivo da Polícia Militar, que seriam dezesseis mil e poucos soldados, o que hoje estaria entre 11 mil e 12 mil.

Então, a saída jurídica que o governo achou para trazer essas mulheres para se prepararem como soldados da Polícia Militar foi utilizar os 6% desse limite que existe, e com isto, deputada Luciane Carminatti, houve a condição de serem convocadas todas as mulheres.

Então, quero agradecer de forma muito especial ao governo do estado, que foi sensível a todos que foram nesta luta, e parabenizar, deputado Maurício Eskudlark, a garra das meninas. Elas já entram com um ponto a mais, pois já venceram uma barreira.

Então, convido todos para que possamos estar, neste momento de festa, na sexta-feira, às 10h da manhã, no auditório do Tribunal de Contas do Estado, onde o governador, o secretário Grubba e o comandante da Polícia Militar estarão presentes para fazer a convocação de todas as meninas.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Parabéns, deputado Kennedy Nunes.

Realmente o governador, como sempre, foi sensível à necessidade da segurança pública. Firme na sua decisão, determinou que se encontrasse uma solução jurídica para o caso.

São aproximadamente 18 mil o quadro da Polícia Militar. E com 6%, como hoje temos aparentemente em torno de 600 mulheres na Polícia Militar, há possibilidade do chamamento dessas mulheres, que é uma medida de justiça.

Então, bem lembrado, deputado Kennedy Nunes, deputada Luciane Carminatti, deputada Dirce Heiderscheidt, deputado Sargento Soares, enfim, todos os deputados que se empenharam para que essa nomeação acontecesse e que é muito importante para a segurança, assim como é o projeto que o governo do estado está mandando na questão salarial da segurança pública, que deverei falar nas próximas sessões.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Senhores deputados, costumeiramente fazemos a suspensão da sessão para ouvir visitantes após a Ordem do Dia.

Faltam ainda 20 minutos para o horário da Ordem do Dia, se v.exas. concordarem, vamos antecipar a falação do município de Capinzal.

Então, suspendo a sessão por até dez minutos, para que possamos ouvir o sr. prefeito municipal de Capinzal, Andevir Isganzella, que falará sobre a Expovale 2013.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, sras. deputadas, quero aproveitar também para reiterar o convite a v.exas. para sexta-feira, às 9h, quando haverá a transmissão do cargo da Presidência desta Casa ao nosso vice-presidente, deputado Romildo Titon. E às 14h, no Centro Administrativo, no Teatro Pedro Ivo, estaremos recebendo o cargo de governador do estado.

Portanto, repito, essa é, acima de tudo, uma homenagem, um gesto que o governador e vice-governador praticam em favor deste Poder.

Por isso, gostaria muito de contar com a presença de v.exas. naquele momento, mesmo sabendo que é um horário difícil, uma vez que sexta-feira, às 14h, geralmente os parlamentares já se encontram nas suas bases, e não temos atividade aqui, mas ficaria muito honrado em contar com a presença de v.exas.

Esta Presidência comunica o número de membros de cada bancada para a composição da CPI criada pelo Requerimento n. 006/2013 e fixa o prazo de duas sessões ordinárias para a indicação dos respectivos nomes, nos termos do que dispõe o art. 41 do Regimento Interno desta Casa.

A CPI será composta por sete membros, divididos da seguinte forma: Bancada do PMDB - 2

vagas; Bancada do PSDB - 1 vaga; Bancada do PP - 1 vaga; Bancada do PT - 1 vaga; Bancada do PSD - 1 vaga; O bloco formado pelo DEM, PPS, PSOL e PCdoB - 1 vaga.

Portanto, duas sessões ordinárias significa que até a próxima terça-feira os líderes das bancadas deverão fazer a indicação dos nomes para compor a CPI.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias: Projetos de Lei n.s 0014/2012, 0066/2011, 0117/2013, 0238/2013, 0360/2013, 0374/2012, 0438/2013 e Projeto de Lei Complementar n. 0026/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0279/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

(Pausa)

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0353/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

(Pausa)

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0369/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

(Pausa)

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0453/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

(Pausa)

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0454/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

(Pausa)

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0455/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

(Pausa)

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0456/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

(Pausa)

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0027/2011, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular em estabelecimentos bancários.

Ao projeto foi apensado o Projeto de Lei n. 0052/2011.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global e subemenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0039/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que assegura a oferta de alimentação saudável e adequada aos beneficiários da alimentação fornecida pelo estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0092/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0133/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que assegura a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais às crianças menores de sete anos e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0257/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a campanha estadual "Todos Somos Pedestres - Respeite a sua própria preferência" e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Foi retirada da pauta a discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0002/2010, de autoria do deputado Jailson Lima.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0303/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre o uso de dispositivos portáteis que emitam raio laser, no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, da de Saúde e da de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0452/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que dispõe sobre a implantação do sistema biométrico de identificação de recém-nascidos no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Ainda extrapauta, srs. deputados, em função da aprovação da matéria em reunião extraordinária da comissão de Finanças e Tributação, na tarde de hoje:

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0302/2013, de autoria dos deputados Joares Ponticelli e José Nei Ascari, que dispõe sobre a criação do comércio de Abelhas Sem Ferrão no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda supressiva e emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta presidência encerra a presente sessão e convoca outra para as 16h04, para a votação do segundo turno das referidas matérias.

Está encerrada a sessão.

